

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

135

HABEAS CORPUS Nº: **0203004-4**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **473.2003.000003-9**

COMARCA	: Itaíba – Vara única
IMPETRANTE	: José Miguel da Silva
PACIENTE	: José Miguel da Silva
PARECER	: Dr. José Correia de Araújo
RELATORA	: Des ^a . Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. RÉU PRESO POSTERIORMENTE À PRONÚNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO SUPERADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 21/STJ. FUGA DO DISTRITO DA CULPA. DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. INCABIMENTO. SESSÃO PLENÁRIA DESIGNA PARA DATA PRÓXIMA. DEMORA DESARRAZOADA PARA REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – A alegação de coação ilegal decorrente de retardo injustificado para a prolação da sentença, fica superada com a pronúncia do réu, *ex vi* do disposto na Súmula 21, do STJ.

II - É justificada a manutenção da prisão cautelar decretada em face da fuga do réu do distrito da culpa, por ocasião da sentença de pronúncia, tendo em vista a permanência do réu na condição de foragido da Justiça. Precedentes do STJ

III – Não se há falar em constrangimento ilegal em face da demora para submissão do réu ao Tribunal Laico, quando o mesmo contribuiu para tal retardo, mantendo-se foragido por mais de 01 (um) ano após a pronúncia, fazendo incidir no caso concreto a aplicação do princípio da razoabilidade, sendo certo que, com a designação de data que se avizinha para realização da sessão plenária, fica superada a alegação de coação ilegal em face de eventual demora para o julgamento pelo Júri Popular. Precedentes do STJ e do TJPE.

IV - Ordem denegada. Decisão unânime.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

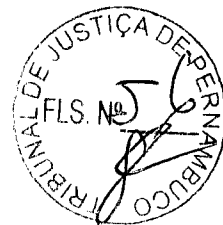
136

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0203004-4** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

137

HABEAS CORPUS Nº: **0203004-4**
AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **473.2003.000003-9**
COMARCA : Itaíba – Vara única
IMPETRANTE : José Miguel da Silva
PACIENTE : José Miguel da Silva
PARECER : Dr. José Correia de Araújo
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

JOSÉ MIGUEL DA SILVA, qualificado na atrial (fls.02), impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em seu próprio favor, alegando que está sofrendo constrangimento ilegal em face da demora para submissão do réu a julgamento pelo Tribunal do Júri, nos autos do processo-crime nº **473.2003.000003-9** a que o mesmo responde perante o Juízo de Direito da Comarca de Itaíba, neste Estado, sob a acusação de prática do crime de homicídio.

Em suas razões, o paciente aduz que, muito embora pronunciado, encontra-se preso desde o dia **07/05/2007**, sem que, até a data da presente impetração, tenha uma definição de sua situação jurídico-penal, em decorrência de que busca o restabelecimento da sua liberdade, ao argumento de que está sofrendo coação ilegal por excesso de prazo, visto que a demora para a conclusão processual extrapola todos os limites da razoabilidade.

Além disso, o subscritor da atrial mandamental alega que o mesmo faz jus ao direito de recorrer em liberdade da sentença de pronúncia proferida em seu desfavor, tendo em vista se tratar de réu primário e de bons antecedentes, além de possuir endereço fixo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

138

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls.05/09.

Às fls.16/17, indeferi o provimento liminar vindicado na inicial, solicitando informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.21/22;

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça ofereceu parecer às fls.49/50, da lavra do Dr.José Correia de Araújo, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 06 de janeiro de 2010


Des^a Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira **139**
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: **0203004-4**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **473.2003.000003-9**

COMARCA : Itaíba – Vara única
IMPETRANTE : José Miguel da Silva
PACIENTE : José Miguel da Silva
PARECER : Dr. José Correia de Araújo
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório que se insurge contra a ultrapassagem dos prazos legais para a conclusão do processo, ao argumento de que o paciente se encontra preso cautelarmente há mais de 02 (dois) anos, sem que tenha uma definição de sua situação jurídico-penal, ensejando a configuração de constrangimento ilegal por excesso prazal para o encerramento do processo.

Além disso, a impetração se funda na alegação de desnecessidade da manutenção da prisão cautelar do paciente, por ocasião da sentença de pronúncia.

Destaco das informações judiciais, prestadas através de ofício datado de **10/12/2009**, a notícia de que (fls.21/22):

*"(...) O ora paciente foi denunciado pelo representante do Ministério Público como incurso nas penas do art.121, §2º, incisos II e IV do Código Penal c/c o art.61, II, "F" e art.1º, inciso I, da Lei nº 8.072/90, por ter assassinado sua companheira Elizangela da Silva, no dia 15 de dezembro de 2002 (...) O réu foi pronunciado nos termos da decisão de fls.98/104, datada de **26/04/2006** (...) O defensor do acusado, inconformado com a decisão de pronúncia, interpôs recurso em sentido estrito (fls.105). Em 06/05/2007, os agentes da Polícia Federal lotados no posto avançado que funcionava, à época, neste Município, comunicaram a prisão do acusado – que até então se*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

140

*encontrava foragido (...) Designada audiência de interrogatório do acusado, realizada em 14/06/2007(fls.113/115), ocasião em que o réu confessou a prática do crime. Em 20/08/2007, o recurso em sentido estrito interposto contra a decisão de pronúncia subiu ao egrégio TJPE. Conforme despacho de fls.138, o relator convocado, foi determinado o retorno dos autos a esta instância para intimação pessoal do acusado acerca da decisão de pronúncia. Cumprida a determinação do eminente relator, os autos retornaram ao TJPE, tendo a 3ª Câmara Criminal, à unanimidade, negado provimento ao recurso, com trânsito em julgado do acórdão em 30/06/2008, conforme certidão de fls.178, da Diretoria Criminal. Vieram-me os autos conclusos em 18/12/2008. Em 12/01/2009, já em vigor a nova sistemática processual, determinei a intimação do Ministério Público e da defesa para apresentarem rol de testemunhas para depor em plenário, facultando a juntada de documentos (CPP, 422). Com vista dos autos em 11/03/2009, o Ministério Público devolveu os autos em 11/03/2009, sem nada requerer. Em 11/09/2009 os autos foram requisitados pelo mutirão carcerário, que os devolveu em 20/10/2009, com decisão de manutenção da prisão preventiva do acusado. De imediato, foi intimada a defesa, para os fins do art.422 do CPP, que, em petição datada de 12/11/2009, declinou do requerimento de diligências, apresentando, todavia, rol de testemunhas que irão depor em plenário. Na data de hoje, relatei os autos (CPP, 423, II), **determinando a sua inclusão na próxima pauta do júri, que deverá ocorrer até o mês de março de 2010 (...).**" (NEGRITEI)*

Consoante se depreende do informativo judicial, verifica-se ser descabida a alegação de excesso prazal para finalização da primeira fase processual, tendo em vista que a sentença de pronúncia foi prolatada em **26/04/2006**, ocasião em que o réu ainda se encontrava foragido, tendo em vista que o mesmo somente foi preso no dia **06/05/2007**.

Bem de ver que, ainda que o réu se encontrasse na prisão desde momento anterior à finalização da instrução criminal, o que importa é que, com a pronúncia, qualquer alegação de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 141
Terceira Câmara Criminal

excesso prazal restou definitivamente superada, como se vê do entendimento sumular, a saber:

*“**Súmula 21/STJ** - Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo”.*

De outra parte, pelo que deflui da cópia do aludido decreto sentencial, a qual foi trazida com as informações judiciais (fls.38), observo que o Magistrado sentenciante fundamentou-se no fato de que o réu permanecia foragido, com o fito de manter a ordem de prisão preventiva antes decretada, circunstância que, por si só, afigura-se suficiente, no meu sentir, para a manutenção da constrição cautelar com vistas a garantir a aplicação da lei penal, ex vi do art.312, da Lei Adjetiva Penal.

Sobre o tema, a propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça sedimentou entendimento, no sentido de que:

*“A liberdade do réu representaria risco concreto à aplicação da lei penal, pois **evidenciada a sua intenção de se furtar à incidência da norma punitiva com a fuga do distrito da culpa, o que é suficiente para obstar a revogação da custódia.** Precedente. Ordem parcialmente conhecida e denegada.” (HC 51.464/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 12.09.2006, DJ 09.10.2006 p. 321)*

Por fim, muito embora seja forçoso reconhecer que há considerável lapso temporal decorrido desde a prolação da sentença de pronúncia, o que, em tese, viola o princípio da razoabilidade, constato a presença de situação peculiar relativa ao processo em apreço que contribuiu sobremaneira para retardar a realização da sessão plenária do Júri, sem que se possa imputar culpa ao Juiz ou ao Promotor de Justiça com atuação no feito por tal demora, qual seja o fato de o réu permanecer foragido, por mais



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

142

de 01 (um) ano após a prolação da pronúncia, prejudicando o andamento regular do processo, inclusive do processamento de recurso interposto pela própria defesa, retardando, sem dúvida, o seu julgamento pelo Tribunal Laico.

Releva notar, ainda, que as modificações implementadas na legislação processual pela Lei nº 11.689/2008, que alterou o art.422¹ do CPP, exigiram que o Juízo processante adotasse medidas urgentes em pleno andamento do processo, com o objetivo de atender à nova processualística penal.

Convém destacar que, em decisão datada de **10/12/2009**, o magistrado da instância primária determinou a inclusão do feito em pauta para julgamento na próxima sessão do Júri daquela comarca, a se realizar no mês de março próximo vindouro, o que sinaliza a proximidade do término do processo, o que sugere conveniente a manutenção da segregação do paciente no presente momento processual.

À vista das razões ora esposadas, é de se concluir pela inoccorrência da coação ilegal aventada na peça de ingresso.

A propósito, trago à colação julgado oriundo do Superior Tribunal de Justiça que se coaduna com as razões ora esposadas, senão, vejamos:

“Não se evidencia, na espécie, constrangimento ilegal em decorrência de injustificada demora no julgamento do Paciente pelo Tribunal do Júri. Com efeito, além

¹ Da Preparação do Processo para Julgamento em Plenário

¹Art. 422. Ao receber os autos, o presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do órgão do Ministério Público ou do querelante, no caso de queixa, e do defensor, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 5 (cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

143

de não ter havido, até o momento, um prazo exagerado de espera, que ferisse o princípio da razoabilidade, o julgamento plenário está marcado para data próxima. Ordem denegada". (HC 50.448/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 11.04.2006, DJ 08.05.2006 p. 255)

No mesmo sentido, esta 3ª Câmara Criminal, sob minha relatoria, por ocasião do julgamento do *Hábeas Corpus* nº 163548-7, assim já decidiu:

"Com a determinação de inclusão do processo em pauta para julgamento pelo Júri Popular, fica superada a alegação de coação ilegal por demora desarrazoada. Ordem denegada. Decisão unânime." (HC nº 163548-7, TJPE –3ªCCrim, rel.Desª.Alderita Ramos de Oliveira, julgado em **27/02/2008**, DJ nº 41, de **05/03/2008**).

Isto posto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife – PE, 06 de janeiro de 2010


Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora